

DECLARAÇÃO

C. 8. 2. 2. 7
Rui Miguel Fernandes Grilo de Freitas Monteiro



Alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Dec. – Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro

1 – **Rui Miguel Fernandes Grilo de Freitas Monteiro** com o CC n.º 13258069 1 ZW5, Rua dos Quintais, nº37, 8375-272 São Marcos da Serra, na qualidade de representante legal do **Serrano Futebol Clube**, com o número de identificação fiscal nº 501 740 228, sediado na Rua do Comércio, nº4 8375-264, São Marcos da Serra, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento do **CONCURSO PÚBLICO N.º49/SAPR/2017**, referente à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR ANO LETIVO 2017/2018**, da **Câmara Municipal de Silves**, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos.
- b) Prova documental da celebração do contrato de seguro exigido na cláusula 16ª do Caderno de Encargos.
- c) Caderno de Contactos telefónicos, com identificação da viatura e do motorista afecto ao circuito.
- d) Cartões de identificação e Registo Criminal, que comprova que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- e) Cópia do documento comprovativo da situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social.
- f) Cópia do documento comprovativo em da situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português.
- g) Documento comprovativo da legitimidade para representar e poderes de assinatura para tal.
- h) Certidão de cada motorista das viaturas que efetuam transporte coletivo de crianças emitido pelo IMTT.
- i) Licença de cada viatura emitida pelo IMTT para a atividade de transporte coletivo de crianças.
- j) Declaração que refere a legislação que isenta o Serrano Futebol Clube, da necessidade de licença para a atividade de transporte coletivo de crianças a título acessório.
- k) Documento com os atributos da Proposta.
- l) Documento com as condições relativas a aspetos da execução do contrato.

c.8.7.77
P. 22/2



3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido do contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 21.º do Dec. Lei 433/82, de 27 de Outubro, no art.º 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do art.º 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de 2 anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do art.º 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - II) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do art.º 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - III) Fraude, na acepção do art.º 1.º da Convenção relativa à Protecção do Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

- IV) Branqueamento de capitais, na acepção do art.º 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do n.º anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

São Marcos da Serra, 19 de junho de 2017

